



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2020

ATA N°. 19/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 – PROPOSTA N°. 479/20 - DPOC - 3^a. REVISÃO ORÇAMENTAL (POCAL) 2020 / 3^a.

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (SNC-AP) 2020

3 – PROSPOSTA N°. 480/20 - DGP - 2^a. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL APROVADO

PARA 2020

4 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2020-----

----- ATA NÚMERO DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE -----

----- Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Helióisa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

----- Faltou a Senhora Vereadora Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezasseis horas e cinco minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Helióisa Apolónia. -----

2 – PROPOSTA Nº. 479/20 - DPOC - 3^a. REVISÃO ORÇAMENTAL (POCAL) 2020 / 3^a.

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (SNC-AP) 2020: -----

----- I - O **Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Embora esta seja a terceira revisão orçamental, eu diria que esta é que é a revisão orçamental deste ano, porque a primeira foi logo no princípio do ano, para resolver alguns problemas de projetos que estavam concluídos e para os quais não havia recursos, de acordo com

as regras orçamentais. -----

-----Não podíamos, nessa altura, apresentar o orçamento aprovado de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, de acordo com as regras do orçamento, não podia apresentar mais receita do que aquela que correspondia ao cálculo de receita nos termos legais.-----

-----Portanto, só poderíamos entrar em linha de conta com reservas de caixa a partir de janeiro e fevereiro.-----

-----Por isso, o que se fez com essa revisão orçamental foi, no fundo, como se recordam até ao nível do pessoal, foram retirados, na altura, uns quinze ou vinte milhões do pessoal, e foram apenas integrados nessa altura.-----

-----Esta revisão, na realidade e independentemente da COVID, ocorre na sequência da conclusão de uma série de projetos. Posso dizer que, nos últimos dias já foram concluídos mais alguns, e julgo que serão concluídos, possivelmente, mais uma dúzia deles até setembro, mas as regras que estamos a seguir são de não considerar no orçamento do Município obras cujos projetos não estejam revistos. Portanto, esta revisão orçamental visa, na realidade, dar cobertura a todo um conjunto de despesas, particularmente obras, que decorrem de projetos que foram, entretanto, concluídos.-----

-----O orçamento atual, depois da revisão de janeiro passou para duzentos e vinte e oito milhões de euros.-----

-----O que se propõe nesta revisão são mais oito milhões setecentos e sessenta e dois mil euros, passando o orçamento, após esta revisão, para duzentos e trinta e seis milhões de euros. Na realidade, estes oito milhões setecentos e sessenta e dois mil euros aparece aqui, na totalidade, em despesa, porque, entretanto, a despesa capital foi conseguida através da descabimentação de cerca de dez milhões euros do orçamento da despesa do edifício administrativo que, como sabem, está em tribunal por vias dum reclamação e, portanto, não foi necessário fazer alterações na área de capital.-----



----- Portanto, estes oito milhões de euros incidem, essencialmente, em despesas correntes, julgo que na área do pessoal e, uma parte significativa, na área da COVID, porque na área da capital entendeu-se não ser necessário, até porque há a previsão de, mesmo assim, libertarmos algumas verbas ainda do próprio edifício administrativo, porque se não for decidido até ao fim do ano, há a possibilidade de libertar mais três milhões de euros. -----

----- Mesmo a nível da despesa corrente, iremos libertar algumas verbas, mais três milhões de euros, de uma adjudicação dos espaços verdes que são seis ou sete milhões de euros. -

----- Eu sei que houve uma evolução positiva porque, ao que parece, o tribunal vai reunir no dia vinte e três para ouvir as partes, mas, entretanto, parece que o reclamante, o segundo, irá desistir da reclamação, o que significa que bastará o juiz fazer a transação e, portanto, possivelmente a situação fica resolvida. -----

----- Seja como for, estamos em julho, o que significa que, este ano, nunca iremos além dos dois ou três milhões de euros, portanto, estamos à vontade para tirar mais dois ou três milhões. Essa será a razão, porque, apesar de tudo, o orçamento não é aumentado ainda mais nesta revisão orçamental. -----

----- Não sei se os Senhores Vereadores tiveram oportunidade de ver, mas há a introdução de uma quantidade de obras novas, que não tinham sido introduzidas nas GOP de dois mil e vinte; em termos de capital, uma das principais alterações até são repercuções nos anos seguidos, de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, porque, para muitas das obras, vai ser aberto concurso público, ou seja, esta revisão permite-nos abrir o concurso público, o que significa que muitas das obras, eventualmente, começarão ao longo de dois mil e vinte e um, algumas se calhar até em dois mil e vinte e dois. -----

----- Estou-me a lembrar da Quinta dos Sete Castelos que são cerca de dois milhões de euros, o projeto ficou pronto há um mês, será aberto concurso público este ano, não haverá qualquer despesa e, portanto, a despesa será em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois,

porque aquilo é uma obra que se realiza em dois anos. -----

-----Portanto, o móbil essencial desta revisão é a possibilidade de acolher novos investimentos de capital que vão ter incidência essencialmente em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois e o aumento de despesa corrente em oito milhões de euros. -----

-----Uma das questões que foi indicada foi, por exemplo, o reforço do Fundo de Emergência Social, estão mais um milhão de euros, isto porque a ideia é manter, até ao fim do ano, os apoios que temos vindo a dar às instituições no âmbito da COVID.-----

-----Estão também algumas despesas, por exemplo, na área dos bombeiros, porque tinham uma atividade de transporte de doentes, que era uma receita importante, e que com a COVID praticamente desapareceu. No transporte de doentes têm bombeiros profissionais e, portanto, têm cargos com impostos, Segurança Social, etc., e o que a Câmara Municipal se propõe é colmatar essa despesa durante esses três meses. -----

-----No fundo, esta revisão incide, essencialmente, sobre esses pormenores.” -----

-----Intervenção, de seguida o **Senhor Vereador Joaquim Raposo:**-----

-----“Nós estamos a falar da terceira revisão orçamental nos termos do Plano Oficial de Contabilidade de Autarquias, o POCAL e é alteração orçamental de modificação de dois mil e vinte, no novo sistema contabilístico que entrou em vigor no dia um de janeiro de dois mil e vinte, por isso é já de acordo com as novas regras.” -----

-----Interrompeu o **Senhor Presidente:** -----

-----“Peço desculpa por interromper, mas nestas folhas que antecedem o cálculo global dos oito milhões de euros, nestas quatro folhas têm exatamente qual é a incidência da revisão. Estão aqui verbas que não são despiciendas, por exemplo, no apoio aos empresários e investidores estão duzentos e cinquenta mil euros, que tem a ver com a instalação de três balcões de apoio ao empresário e às pequenas e médias empresas, no sentido de elas poderem apresentar as candidaturas aos financiamentos bancários. É apenas um exemplo, portanto, está aqui descrito



todo o aumento da despesa em cada uma das diferentes rubricas.” -----

----- De novo no uso da palavra, prosseguiu o **Senhor Vereador Joaquim Raposo**: -----

----- “Como eu estava a dizer, já com a aplicação do novo sistema, ou seja, o POCAL, como o Senhor sabe, vai deixar de existir, como tal este ano, poucos são os Municípios, o próprio SIMAS não deve ainda estar atualizado este ano com o novo sistema, mas aqui é já o novo sistema que está em funcionamento. -----

----- Por isso, em relação aquilo que tem a ver com esta revisão, como o Senhor Presidente disse, vamos utilizar parte do saldo de gerência, ou seja, vamos utilizar cerca de oito milhões setecentos e sessenta e dois mil e trezentos e vinte e oito euros para financiar, unicamente, despesas correntes, é apenas isso. Tudo o resto, as operações foram feitas nas outras alterações orçamentais, esta é unicamente para despesas correntes, porque há um conjunto de questões que nós, no âmbito da classificação, é um investimento de capital, mas não, é investimento apenas na despesa corrente. -----

----- O reforço da despesa de capital, como podem verificar nos documentos em anexo, são compensados na totalidade por anulações efetuadas noutras despesas anteriores dos quais, naturalmente em relação ao edifício administrativo, para obra, em que reduzimos a despesa em trinta e quatro vírgula quatro por cento, em relação a essa matéria e há um aumento de dezoito vírgula nove por cento em relação às despesas com a intervenção social, nomeadamente o Fundo de Emergência Social, que resulta das alterações, de aumentar o Fundo de Emergência Social com mais um milhão e a soma que está agora, não é mais um milhão, mas sim um milhão seiscentos e tal mil euros. -----

----- Há muitas dúvidas que tinham que ver com o facto de nós podermos ou não fazer utilização do saldo de gerência sem a Assembleia Municipal ter aprovado as contas. Era uma questão que se colocava muitas vezes, no anterior sistema, não tendo a Assembleia Municipal aprovado ainda as contas, nem aprovado a questão da afetação do próprio saldo, nós não

podíamos fazer a votação. -----

-----No sistema atual, assim que sejam aprovadas na Câmara Municipal as contas e remetidas à Assembleia Municipal, pode-se fazer e se havia dúvidas sobre essa matéria, agora estamos todos a fazer de acordo com a legislação.-----

-----Em relação à tabela que o Senhor Presidente fala, eu fiz uma tabela um pouco diferente: fiz uma tabela apenas com as somas e não pondo as diminuições e pus em ordem decrescente, porque assim percebemos o que é que estamos a falar em relação aos aumentos.----

-----Como o Senhor Presidente disse, e bem, em relação a esta matéria, primeiro a que tem mais verba do ponto de vista de reforço é o Fundo de Emergência Social, que tinha um milhão cento e noventa e dois mil duzentos e trinta e sete euros é aumentado um milhão seiscentos e vinte e oito mil quatrocentos e vinte e seis, ou seja, passa para dois milhões oitocentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e três euros, quer dizer que são dezoito vírgula noventa e três por cento desta verba.-----

-----Temos aqui encargos de cobranças. Há bocado até estávamos aqui a discutir o que eram encargos de cobranças, e temos aqui um aumento de novecentos e noventa e quatro mil euros que, de alguma forma é uma verba significativa. -----

-----O que é isto?-----

-----Isto é o que nós temos que pagar ao Estado quando o Estado cobra impostos nossos, geralmente é utilizado pelo Departamento ou Setor Financeiro que vai fazendo uma gestão, vai beneficiando muitas vezes das verbas daquilo, pois sabe que o pagamento daquelas cobranças caem em certa altura e, como tal permite ter aqui uma bolsa que, com alguma facilidade se pode gerir e utilizar e, por isso agora, naturalmente, temos que reforçar a verba, porque poderá estar a curto prazo um conjunto de pagamentos ao Estado de cobrança dos nossos impostos. -----

-----Depois há outra grande verba, na área social, que é Intervenção Social - Comparticipações Financeiras Correntes, que estamos a reforçar com oitocentos e cinquenta mil



euros, porque, de facto, aquilo que nós tínhamos disponível era apenas trinta e seis mil oitocentos e quarenta euros, tendo em conta que vai haver uma necessidade de aumentar esta verba do ponto de vista de comparticipações financeiras correntes.-----

----- A seguir, temos a aquisição de viaturas para os bombeiros e esta matéria também faz parte da estratégia que o Município tem tido no reforço de equipamentos dos bombeiros do Concelho, equipamentos de diferente ordem, de combate a incêndios, na área da saúde, etc., e que aqui também tem uma verba na ordem dos quinhentos e cinquenta mil euros de aumento. ----

----- Depois, ainda, são os edifícios municipais, apenas reabilitação, e reabilitação não calha como investimento, também é aqui despesa corrente, é a interpretação que está na lei, temos aqui uma verba na ordem dos quatrocentos e sessenta mil euros, tínhamos lá seiscentos e vinte e seis mil, eu penso que isso tem a ver com alguns projetos em curso, já em lançamento ou outros já prestes a adjudicar, no âmbito da reabilitação de algum parque municipal. Tínhamos a questão de haver em curso um conjunto de procedimentos para a questão da habitação. -----

----- Em relação à aquisição de equipamento administrativo, não sei que equipamento vamos comprar, mas é equipamento que é preciso, vamos aumentar trezentos e vinte e nove mil euros.-----

----- Depois, temos a questão do pessoal em regime de tarefa ou avença, mais trezentos mil. -----

----- Quanto à questão de encargos de saúde, também é necessário um aumento de trezentos mil euros. -----

----- O recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho por tempo indeterminado, também um aumento em relação à verba que lá estava e, por isso, mais duzentos e noventa e sete mil euros. Aquisição de serviços, também uma verba de mais duzentos e sessenta e oito mil euros.-----

----- A questão de capital, e está aqui a única de capital, apoio para associações juvenis, há

aqui uma verba de duzentos e sessenta e dois mil euros, que deve ser em relação com as candidaturas que as instituições apresentaram no ponto de vista de investimento e não para funcionamento.-----

-----Temos as infraestruturas de dados espaciais, enfim, faz parte de um projeto, o apoio aos empresários e investidores, o que o Senhor Presidente falou em relação aos gabinetes de apoio que são necessários criar, a rúbrica estava aberta sem verba, por isso, a necessidade lá por colocar duzentos e cinquenta mil euros.-----

-----Para recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, termo certo e incerto, também aqui um reforço mais duzentos e trinta e três mil e quinhentos euros. -----

-----Reabilitação urbana em áreas a requalificar, duzentos e trinta mil euros, havia cento e quinze mil, penso que é relativo a uma obra que há pouco tempo vi do ponto de vista da reabilitação, carecia apenas de verba para poder ser feita a adjudicação.-----

-----Havia uma que não conseguia perceber, mas, entretanto, já entendi: apoio a obras em quartéis, mas não ainda para lançamento do concurso da empreitada do quartel de Oeiras.” -----

-----Atalhou o **Senhor Presidente**:-----

-----“Fico aqui com uma dúvida, pois ou há má classificação, ou esta é revisão e alteração orçamental ao mesmo tempo, porque para a aquisição de equipamentos das viaturas dos bombeiros, estão aqui quinhentos e cinquenta mil euros de reforço, ora bem, isto não é despesa corrente, é uma despesa de capital.-----

-----Eu estou farto de dizer que têm que ter muito cuidado, porque a boa gestão também se mede pelo investimento que se faz em capital e, é a lei do menor esforço, quando se fazem obras numa escola, uma coisa é a pintura da escola, é corrente, mas se for a construção de um muro na escola, já é capital, ou seja tudo aquilo que acrescenta valor é capital. Quando nós adquirimos um carro de combate a incêndios é capital, não é corrente.-----

-----Esta aquisição de fardamentos e equipamento de proteção individual, duzentos e dez



mil euros, é corrente, não tenho dúvidas.-----

----- Na reabilitação de edifícios municipais estão aqui quatrocentos e sessenta mil euros. A reabilitação é capital, como a reabilitação em áreas urbanas, duzentos e trinta mil euros; se for por administração direta já sabemos que vai por correntes, portanto, isto é uma complicação, porque dá muito trabalho a fazer essa questão. Se for administração direta nós compramos hoje as placas de granito ou placas de calcário ou vidraço e por administração direta fazemos um pavimento, é corrente, porque estamos a comprar os equipamentos, mas se for uma empreitada de requalificação urbana de passeios, já é capital.-----

----- Na realidade, quando nós mudamos o passeio de vidraço por granito ou calcário, nós estamos a requalificar toda aquela zona e, portanto, é uma despesa de capital, portanto, é importante saber, independentemente da revisão se traduzir no reforço da despesa corrente de oito milhões de euros, há verbas que estão aqui definidas que, aparentemente, parecem estar na revisão orçamental, mas não estão.”-----

----- Questionou, seguidamente, o **Senhor Vereador Joaquim Raposo**: -----

----- “Nós quando transferimos verbas diretamente às associações, por exemplo, quando nós fazemos a obra do quartel, é um investimento de capital.-----

----- Quando transferimos para as associações?-----

----- Aqui está, muitas vezes, a interrogação, pois a questão está nos mecanismos, pois se for despesa de capital tem que haver concurso para que depois haja justificação.”-----

----- Explanou o **Senhor Presidente**:-----

----- “Quando fazemos uma transferência para a Sociedade Filarmónica de Carnaxide para as obras estão a decorrer, embora a Câmara acompanhe a obra, quem paga ao empreiteiro é a Sociedade Filarmónica, a transferência que fazemos para a Sociedade Filarmónica é de capital, quando fazemos uma transferência para as atividades da Sociedade Filarmónica, para a música, etc., é corrente. Mas é óbvio que nem sempre esta classificação é clara, a verdade é que no final,

quando nós apresentamos a conta de gerência, não é indiferente termos oitenta por cento correntes e vinte capital ou ter sessenta de decorrentes e quarenta de capital.”-----

-----Retorqui o **Senhor Vereador Joaquim Raposo**:-----

-----“A questão tem a ver com esta matéria e, por isso, em relação ao reforço, dá aqueles valores que nós tínhamos visto, e do total da revisão também já vimos os números.-----

-----Depois há aqui uma questão em relação às despesas de capital e despesas correntes. Há casos em que tem uma nota em que diz que é obra, mas há outros em que não diz, é uma questão de clarificação da leitura, porque quem está a ler estes documentos e não tiver essa clarificação, fica na dúvida, o que é investimento e o que é despesa.-----

-----Grosso modo, como já vimos, tem a ver com as grandes áreas, as mais importantes, o resto é importante, mas é um somatório que alcança muito dinheiro. Todos sabemos que o documento tem qualquer coisa como noventa e sete itens, por isso há aqui um trabalho do ponto de vista da leitura deste quadro.-----

-----Quero, ainda, dizer que não estou preocupado, e quero dizer isso ao Senhor Presidente, em relação a esta revisão e ao valor que, neste momento, temos como orçamento depois desta revisão é de cerca de duzentos e trinta e seis milhões e novecentos mil euros. -----

-----É óbvio que para o ano nós teremos, seguramente, um orçamento superior, tendo em conta que muitas das obras vão ter um forte impacto no ano que vem e vamos também ter, no ano dois mil e vinte e dois, um encargo muito elevado, tendo em conta que há um conjunto de obras determinantes que não se concluem para o ano, umas serão lançadas para o ano e seguramente, outras estarão em plena execução.-----

-----A minha grande questão, apesar de não ter dúvidas que a saúde financeira do Município permitiu chegar a estes valores, mas fruto do que foi a não capacidade de execução de determinadas obras, o que permitiu ter em caixa um conjunto de verbas.-----

-----Isto é simples: se em casa tiver uma gaveta com cinquenta mil euros, mesmo que



gaste o orçamento mensal, que não é dramático, mas chegará uma altura, se continuar com este ritmo, que quando lá chegar já não há dinheiro. -----

----- A questão aqui depende, e eu não tenho certezas, neste momento ninguém tem certezas, mas, de facto, acho que tudo o que foi feito foi de acordo com o planeamento que existia, de acordo com as garantias de receita arrecadada. -----

----- Acho que só vamos conseguir fazer uma avaliação mais correta no decorrer do próximo ano, ou seja, no próximo ano vamos ver como é que se comportam as receitas que advêm e que nós vamos arrecadar e aí podemos, ou não, ter que fazer alguns ajustamentos. -----

----- Como digo, tomaram todos os Municípios ter esta situação, seguramente, há Municípios que não têm, e esses sim, poderão passar por problemas de equilíbrio financeiro. Nós não teremos, certamente essa situação, até pela experiência de gestão do Senhor Presidente, que acompanhou vários momentos de altos e baixos, de crises económicas no País, e conseguiu sempre equilibrar as contas e fazer parte das obras que quis fazer. -----

----- Eu acho que não vale a pena criar uma imagem em que alguns se convençam que isto é uma espécie de uma mina onde há sempre mais para retirar. Haverá, se houver quem compre o ouro, haverá se houver quem faça investimento com base no ouro que compra. Se isso não acontecer, no resto da sociedade, é evidente que podemos ter problemas. -----

----- Por isso, a questão é só isto: alguma cautela, sei que haverá, alguma ponderação, sei que haverá, alguma contenção em relação ao exterior, para que não pensem que isto é um saco sem fundo, mas estou certo se isso for feito com cabeça, tronco e membros não teremos problema. É essa a questão para a qual eu queria só alertar, não dramatizar, apenas precaver para que alguns não tenham tanta euforia, pois neste momento, infelizmente, não sabemos bem o que é que vai acontecer.” -----

----- Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**: -----

----- “Tendo em conta o objetivo desta terceira revisão, no sentido, fundamentalmente, da

adequação a um sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, mas também por aquilo que todos vivemos, do novo Coronavírus e o impacto que daí resultou ao nível das sociedades, ao nível económico, a tantos níveis e tendo em conta que esta revisão procura também um ajustamento a esse nível, com valor bastante significativo, e um acerto a esse nível do conjunto de verbas que são apresentadas, a CDU vai votar favoravelmente esta terceira revisão.” -----

-----De seguida, interveio o **Senhor Vereador Carlos Morgado**:-----

-----“Relativamente à terceira revisão orçamental apraz-me referir que do ponto de vista da execução deste documento realço, mais uma vez, a qualidade da informação que nos é prestada, de forma bastante percutível, felicitando a equipa que o concebeu. -----

-----Estamos perante um documento onde estão refletidas as opções políticas da força política vencedora das últimas eleições e nas quais também nos revemos. -----

-----Trata-se de um reforço de oito milhões setecentos e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta euros e vinte e oito cêntimos do Saldo da Gerência de dois mil e dezanove, que corresponde a vários projetos e ações que, aquando da aprovação do Orçamento não estavam com as verbas necessárias para o seu desenvolvimento e concretização, no fundo trata-se de realizar ajustamentos na despesa e reforçar algumas rubricas das Grande Opções do Plano para desenvolvimento de novos projetos. -----

-----Gostaria de realçar o reforço de algumas rubricas, nomeadamente, a do apoio aos empresários e investidores em duzentos e cinquenta mil euros, saudando a medida da implementação de balcões de apoio aos empresários e investidores pelo facto de Oeiras continuar a trabalhar para criar condições de atratividade de outras empresas para se fixarem no nosso Concelho, apesar de já ter um tecido empresarial muito forte; também nas rubricas, quer da aquisição de bens e serviços em que, por exemplo, ainda na reunião de ontem a Senhora Vereadora Joana Baptista se referia à necessidade de reforçar a verba para a aquisição de novas



árvore para plantação, quer da realização de várias obras no espaço público e no edificado, se apresentam reforços significativos; uma palavra para o reforço das várias rubricas relacionadas com apoio aos bombeiros na ordem de um milhão e trezentos mil euros - aquisição de fardamentos e equipamentos de proteção individual, aquisição e reequipamento de viaturas, apoio a obras nos quarteis, apoio à formação prática de bombeiros e apoio no âmbito das perdas económicas no âmbito do combate ao COVID-Dezanove, sendo que esta última, como o Senhor Presidente referiu há pouco, se justifica plenamente pelo facto das Corporações de Bombeiros do Concelho terem visto as suas receitas diminuírem na época de pandemia pelo facto de ter diminuído, consideravelmente, o número de serviços de transporte de doentes. -----

----- Saliento, também, os reforços feitos nas rubricas de intervenção social, Fundo de Emergência Social em um milhão e setecentos mil euros aproximadamente e comparticipações financeiras correntes em oitocentos e cinquenta mil euros, tendo em vista o apoio às pessoas individuais e coletivas em resultado dos efeitos da pandemia que atravessamos. -----

----- Uma referência, ainda, para o reforço de verbas relacionadas com a candidatura de Oeiras a Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete. -----

----- Assim, iremos votar a favor, não só pelo ponto de vista técnico, mas também pelo facto de concordarmos com as opções políticas da força política maioritária.” -----

----- **O Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Estive a ver algumas GOP mais importantes que traduzem esta Revisão e há pequenas alterações, montantes de investimentos, vinte mil euros aqui, cinquenta mil euros, não parece que seja relevante e realmente as mais importantes é o reforço das correntes na Delegação de Competências nas Freguesias, sendo agora de cento e quarenta mil euros. -----

----- No que diz respeito a Reestruturação/Gerir a Infraestrutura de Dados Espaciais, no valor de duzentos e sessenta mil euros, o apoio aos empresários e investidores com duzentos e cinquenta mil euros, ações de prevenção, fiscalização e reforço de patrulhamento do espaço

público, aquisição de equipamento básico, cento e oitenta e um mil euros, as armas para a Polícia, a ideia é renovação de todas as armas com cento e oito mil euros, porque houve agora uma alteração, a aquisição de fardamentos e equipamentos de proteção individual, no valor de duzentos e dez mil euros, aquisição e reequipamento de viaturas dos bombeiros, no valor de quinhentos e cinquenta mil euros, as obras em quartéis, duzentos e vinte sete mil euros, formação prática de bombeiros, cento e cinco mil euros, apoio no âmbito das perdas económicas dos bombeiros no âmbito do combate COVID, cento e setenta mil euros, só para os bombeiros mais de um milhão de euros. -----

-----Depois temos na área do pessoal, recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, duzentos e noventa e sete mil euros, recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho a termo certo e incerto, duzentos e trinta e três mil euros, pessoal em regime de tarefa ou avença, trezentos mil euros, subsídio de férias, cento e cinquenta mil euros.-----

-----Isto também tem a ver com o fecho do quadro, digamos assim, que não se conseguiu na revisão de janeiro ou fevereiro e, por isso, completa-se com esta revisão. -----

-----Subsídio de turno, no valor de duzentos mil euros, encargos com saúde - processamento manual, trezentos mil euros.-----

-----Tudo isto podia estar previsto já nas GOP e no Orçamento de dois mil e vinte, mas não foi contemplado na altura, vai ser contemplado agora, porque quisemos respeitar aquilo que eram as normas orçamentais do ponto de vista receita. -----

-----Depois a contribuição para a Segurança Social, cento e noventa e seis mil de euros, encargos e cobranças novecentos e noventa e quatro mil euros, edifícios municipais - reabilitação quatrocentos e sessenta mil euros, reabilitação urbana em áreas a requalificar, duzentos e trinta mil euros, renovação de viaturas e máquinas RSU, cento e vinte e vinte e seis mil euros, publicidade, divulgação e promoção, cento e cinquenta mil euros, aquisição de equipamento administrativo, trezentos e dezanove mil euros, intervenção social - comparticipações financeiras



correntes oitocentos e cinquenta mil euros e o Fundo de Emergência social, com um milhão seiscentos e cinquenta e oito mil euros.-----

----- Relativamente aos comentários dos Senhores Vereadores não posso deixar de comentar o que disse o Senhor Vereador Joaquim Raposo, que tem a ver com a evolução futura de receita e se o limite não é o céu.-----

----- Estou de acordo com essa intervenção, mas gostaria de referir que é indiscutível que a evolução da receita no Concelho, nos últimos anos, eu diria que de dois mil e dois/dois mil e três até hoje, estamos a falar num horizonte quase de vinte anos, tem havido uma constante de um certo crescimento com alguma sustentabilidade, independentemente das crises, nós já tivemos várias crises e tem-se mantido uma certa constante.-----

----- Perguntar-se-á o que é que uma coisa tem a ver com outra, tem a ver exatamente com a mesma argumentação que usei a propósito dos restaurantes.-----

----- Eu julgo que Oeiras tem uma posição privilegiada no contexto nacional, é indiscutível, temos que reconhecer isso, e quando há pouco dizia que os restaurantes não têm grande dependência do turismo, porque Oeiras tem uma economia local, igualmente forte, e não é tão sensível às crises, como pode acontecer noutras Municípios, naturalmente que Oeiras pode ser mais sensível a crises mundiais, quer dizer que uma crise económica nacional pode não nos afetar muito, mas uma crise económica mundial pode-nos afetar, porque uma parte significativa do nosso tecido empresarial são empresas multinacionais e, naturalmente que se houver uma grande mexida a nível mundial pode ter reflexos em Portugal e pode refletir-se no nosso Concelho.-----

----- O certo é que até agora não se tem verificado.-----

----- A percepção que eu tenho das empresas que estão sediadas aqui do Concelho é de uma tendência ainda de investimento, tanto em Oeiras como em Portugal, de resto, aí já não é a percepção é a consciência real que Oeiras não tem alguma dificuldade, neste momento, em

responder às pretensões de expansão de algumas das empresas que estão aqui no nosso Concelho por razões que tem a ver, com as dificuldades de natureza administrativa no andamento de projetos que eventualmente podem vir permitir a ampliação dessas empresas do ponto de vista do ordenamento do território.

-----Nós temos um programa para cumprir e este programa a partir do momento em que é aprovado pela Câmara Municipal e pelo Executivo é o programa de todos nós e não tenho dúvidas que, quer o Presidente da Câmara, quer a maioria dos vereadores, ou até mesmo todos os Vereadores, gostaríamos que se cumprisse.

-----Há aqui duas dimensões, uma dimensão política e outra dimensão técnica.

-----Do ponto de vista técnico, são apresentados projetos, propostas e mal seria que assim não acontecesse, porque o corpo técnico da Câmara Municipal também tem a obrigação de conhecer aquilo que são as principais necessidades do Concelho e quando refiro necessidades do Concelho refiro sobretudo aquilo que tem a ver com manutenção, com conservação, aliás, têm mais obrigação os Serviços de terem conhecimento dessa situação, do que propriamente o corpo político, digamos, que a parte Executiva do Município tem a ver essencialmente com aquilo que é o futuro, quer dizer, aquilo que são as nossas opções políticas na área da educação, na área da saúde humana, do ambiente, etc., com novas propostas que apresentamos, mas depois há tudo aquilo que temos que requer manutenção e conservação.

-----Relativamente aquilo que são as propostas que temos das GOP de dois mil e vinte, muitas delas são programas de investimento plurianuais, com reflexo em vários anos, temos que ter a consciência de que tem que haver capacidade financeira para a realização dessas obras e eu não tenho dúvidas em dizer que relativamente àquilo que é o programa de investimentos para os próximos três anos, nós temos capacidade financeira. O problema pode-se pôr a partir de dois mil e vinte e três. Portanto, nós temos recursos que nos permitem garantir, não só o programa de investimentos que temos, houve eventualmente necessidade de prosseguir nesse investimento da



valorização do território, até dois mil e vinte e três.

A partir de dois mil e vinte e três mantém-se ou não se mantém o ritmo de recursos financeiros do Município?

Há uma estabilização, há um aumento ou uma diminuição?

Naturalmente que se houver uma diminuição, o ritmo de investimento que temos preconizado não pode crescer em exponencial. Isto é óbvio, nós temos uma reserva, essa reserva também é gasta. Neste momento, a nossa dificuldade até é usá-la, porque o ritmo de execução de projetos é muito lento, mas a dado momento, dada a pressão que imprimimos, vai haver uma concentração ao longo de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, de conclusão de projetos, vamos ter muito projeto concluído até julho de dois mil e vinte e um e já agora gostaria de referir que não tem nada a ver com o calendário eleitoral, porque como calculam em julho de dois mil e vinte e um, podemos ter muitos projetos prontos, mas mesmo que se queira lançar a obra nessa altura, a obra só estará a arrancar em dois mil e vinte e dois, portanto, não tem nada a ver com questões eleitorais, tem a ver com questões do ritmo de execução de projetos e, portanto, pode haver, se porventura, houver um arrefecimento da economia e se as receitas do Município diminuírem, naturalmente que temos que ponderar o ritmo de investimento, a partir de dois mil e vinte e três, mas até lá, aquilo que temos previsto, temos a almofada suficiente para isso, aliás, como sabem até ao nível do capital, o que é positivo, esta última hasta pública surpreendeu muita gente do Espargal, que antes da pandemia foi a concurso por dez milhões de euros e ficou deserta, fizemos uma nova hasta pública e aumentou quarenta por cento, o que significa que, seja um Município, seja uma empresa, sejam privados, seja quem for, quem precisa é uma chatice, porque quem precisa vende ao desbarato, quem está em estado de necessidade vende aquilo que tem ao desbarato. Quem vende no momento em que não precisa, mas que está a aproveitar a oportunidade, obviamente que obtém proveitos.

E o Município no que diz respeito àquilo que é o seu domínio privado, um terreno no

Município não vale menos que um terreno do Estado, ou de um privado. -----

-----O Município não deve dar exemplos de especulação e, por isso mesmo é que ao pôr em hasta pública um terreno, sabendo, nós sabíamos isso, que já se vendia mais caro, a trezentos e cinquenta euros, o metro quadrado, mas que ficou deserto, de alguma forma, nós também contribuímos para dar mais transparência a esta situação, porque sabemos também que nesta situação das hastas públicas, com frequência, os compradores se unem para tentarem fazer os seus negócios, o que é legítimo que o façam, mas também cabe à Câmara Municipal alinhar nisso ou não e houve propostas à Câmara Municipal de aquisição deste terreno pelos dez milhões de euros a seguir à hasta pública que ficou deserta, mas nós entendemos que devíamos fazer uma nova hasta público, não fizemos em plena pandemia, porque também nessa altura, poderíamos de alguma forma ser acusados que estaríamos a retirar transparência e reduzir o leque de candidatos, remetemos justamente para uma fase em que já há algum abrandamento e foi com surpresa para muita gente que esta hasta pública aumentou quarenta por cento, portanto, são catorze milhões de euros que entram nos cofres do Município numa altura em que este fez uma alienação sem ter necessidade desse dinheiro, é indiscutível que obteve uma mais valia significativa por ter feito hasta pública nesta altura e o que é surpreendente como indicador de natureza económica para o País, reparem que não é para Oeiras, é para o País. -----

-----Dá impressão que isto está a ir contra a maré, quer dizer, quando determinados gurus da economia e os comentadores, etc., dizem que, de facto, isto é muito complicado, que a economia está em baixo, etc., isto é um indicador exatamente de sinal contrário, que demonstra que, de facto, o imobiliário não é igual em todo o País. -----

-----Isto entra na apresentação daquele programa que foi apresentado ontem, das Pedreiras das Perdigueiros. Oeiras situa-se, neste momento, num nicho no nosso território, no fundo, podemos pensar que Lisboa, Cascais, eventualmente certas zonas do Algarve, são situações excepcionais, onde a renda fundiária aumentou de tal forma que a Câmara Municipal



tem que se posicionar cada vez mais como o maior inquilino do Concelho, já o é, mas vai ter que continuar a ser, se nós queremos manter a coesão social neste território o Município não pode deixar de continuar a construir casas, seja de habitação social, seja de habitação jovem, seja de habitação para a classe média, em todas as modalidades que ontem abordamos.

Estes catorze milhões de euros são uma boa almofada para o próximo ano. Mas como nós sabemos Oeiras não é uma ilha, há sempre uma certa imprevisibilidade da evolução da economia, mas também se por um lado, fizemos esta alienação, a verdade é que nunca o Município de Oeiras adquiriu tanto património como o que está a acontecer agora, porque nós estamos a adquirir muito património, obviamente que o que dá nas vistas, às vezes, é a aquisição de património.

A aquisição que fizemos do Intermarché por sete milhões e setecentos mil euros é significativo, hoje estamos a adquirir parcelas de trezentos mil euros, quinhentos mil euros, seiscentos mil euros.

Deve vir à reunião de Câmara, muito em breve, uma proposta para a aquisição de património na ordem dos dois milhões de euros, que tem a ver com todos aqueles imóveis, que há na estrada de Talaíde, na fronteira com Cascais, pretendemos fazer uma Avenida que venha até Leião, está a ser feita a avaliação de todos aqueles imóveis, uns estão habitados, outros não estão, propõe-se adquirir todos, também foi adquirida recentemente a casa de Dom Miguel, em Queijas, por quinhentos mil euros, mais outro por duzentos mil, estamos a negociar um parque estacionamento nas traseiras desta auditório, que nunca foi parque estacionamento, foi sempre um armazém, mas, entretanto, o armazém acabou, mas realmente aquilo desde o início foi construída como parque de estacionamento.

Ninguém está agora disponível para comprar um parque de estacionamento, que tem capacidade para noventa lugares. Para um privado pode não ser rentável, mas para a Câmara Municipal pode ser muito rentável, porque pode ser adquirido por um preço acessível e porque

noventa lugares permite resolver o problema do estacionamento da Avenida Sá Carneiro, porque tirar dali cinquenta carros é um alívio extraordinário. -----

-----Portanto, nós estamos a fazer aquisições significativas de património. Iremos, com certeza, até ao fim do ano renegociar o resto daqueles edifícios da Avenida Bombeiros Voluntários de Algés. -----

-----Estamos a alienar, mas também estamos a comprar e pode haver previsão imprevisibilidade, que vai de encontro àquela discussão que tivemos aqui ontem, a possibilidade de disponibilizar casas para a classe média e as contas já estão feitas e, obviamente, às vezes quem nos ouve falar, quando nós dizemos que podemos pôr casas no mercado por duzentos e cinquenta mil euros e que no mercado são vendidas a quinhentos e seiscentos mil euros, as pessoas têm dúvidas, mas não têm que ter, esta é a realidade. -----

-----Lá se vai os catorze milhões de euros, lá se vai a almofada, mas, entretanto, pode acontecer que se venda outra coisa. -----

-----A Câmara de Oeiras está no mercado e estando no mercado, tem uma dimensão pública e uma dimensão privada, compra e vende. -----

-----Pode acontecer que a venda dos Serviços Técnicos possam vir a dar mais proveito do que aquele que inicialmente estava previsto, aliás, a venda do Espargal é um bom indicador, de tal forma que já temos propostas para resolver o problema do Centro de Congressos, vamos ver se as negociações chegam a bom porto. -----

-----No fundo, isto para dizer ao Senhor Vereador Joaquim Raposo que estou de acordo consigo nesta matéria, acho que a Câmara Municipal tem que ponderar no sentido de ter os pés assentes no chão e, apesar da excelente situação financeira que a Câmara tem, o limite não é o teto. -----

-----Temos que ponderar bem quais são as nossas prioridades e ano a ano, dois mil e vinte e um, em dois mil e vinte e dois, ponderarmos que novos investimentos, porque para aquilo que é



Câmara Municipal
de Oeiras

a carteira de investimentos atual, temos resposta para isso. A partir de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, temos que ponderar em função do que forem as reservas de que dispusermos e aquilo que é a previsão do crescimento ou diminuição de receitas do Município.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** observou o seguinte:-----

----- “Estou de acordo consigo, mas é evidente que Oeiras já passou várias crises. Mas esta crise, é uma crise diferente de todas as outras, ninguém sabe o que é que vai acontecer, nem sabe se vai voltar a ver uma nova crise sobre a crise, essa que é a questão e, por isso, é que vou dizer que são questões diferentes. -----

----- Eu tive indicadores que, neste momento, há uma grande procura de fazer investimento em Portugal, por empresas estrangeiras, multinacionais estrangeiras, de compra de património, seja construído ou para edificar ainda, que aponta naquela questão do Espargal. -----

----- Se não tivesse havido esta questão do vírus, nós tínhamos uma grande procura de alguns países, fruto daquilo que é a deslocalização de algumas multinacionais, nomeadamente em relação à Inglaterra e Hong Kong.-----

----- Isto também depende da evolução que esta pandemia tiver a nível mundial.-----

----- Na altura quando fizemos o Orçamento de dois mil e dezanove, vi que não tínhamos problema nenhum até ao ano de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, a partir daí tínhamos que ter mais atenção em relação àquilo que eram as receitas, porque a tal bolsa que tínhamos acumulado não iria existir sempre. -----

----- É evidente que uma situação destas com o problema que houve, mais preocupações temos que ter.-----

----- Bate de acordo com o que dissemos em relação a problemas a partir de dois mil e vinte e três, podemos ter, não quer dizer que venhamos a ter.-----

----- A minha grande preocupação, não é com o Senhor Presidente ou os Senhores Vereadores é mais em relação ao lado de fora, porque estão habituados que a Câmara agora

responde a tudo e apoia tudo. -----

----- Apoia enquanto puder apoiar, dá para fazer opções, não podem pensar que isto é um saco sem fundo, mas também estou certo que quem gere nos maus momentos também gere nos bons momentos e também esperemos que estas questões rapidamente se resolvam, mas muita parte da nossa economia assenta no turismo, estou a falar na economia nacional e essa perspetiva não é reativada tão rápido e nós aqui não tanto, mas o investimento e a procura de oportunidade de negócio no Concelho há muitos investidores estrangeiros interessados, sinal que acreditam que isto vai ser ultrapassado.”-----

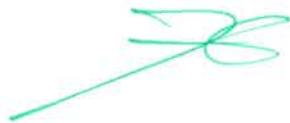
----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a terceira Revisão ao Orçamento de dois mil e vinte e a terceira Revisão às Grandes Opções do Plano e que se submeta as mesmas à deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos dos artigos quadragésimo e quadragésimo primeiro, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, com a alteração prevista no artigo centésimo quarto, da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito e número um, da alínea a), do artigo vigésimo quinto e número um, da alínea c), do artigo trigésimo terceiro, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Esta revisão orçamental faz alguns acertos para adequar ao novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, introduz verbas para pequenos acertos e algumas mais significativas relacionadas com o impacto da COVID-Dezanove. -----

----- Num total de oito vírgula setecentos e sessenta e dois milhões de euros, que vão ser



utilizados a partir do saldo de gerência anterior, cerca de quatro vírgula oito milhões de euros, são despesas adicionais para pessoal e apoios diversos, relacionados com a Pandemia.

----- Embora tenhamos estado em desacordo com os documentos iniciais e com a primeira Revisão Orçamental, neste caso, e pelas razões supra referidas, estamos de acordo.” -----

3 – PROPOSTA N°. 480/20 - DGP - 2º. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2020: -----

----- I - **O Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não sei se repararam nas vagas que o Município tem, este é um recado para a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia.”-----

----- Intervieio, seguidamente o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

----- “A propósito dos lugares vagos dizer que os ajustes foram necessários fazer, foram sem acrescento de nenhum posto de trabalho, é considerando o número de postos vagos que temos. -----

----- Os ajustamentos que foram necessários fazer à nova orgânica da Câmara, aos novos dirigentes, etc., foram todos feitos sem nenhum acréscimo de postos de trabalho.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a segunda alteração do Mapa de Pessoal dois mil e vinte e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Púbicas.-----

----- Lei número doze-A, de dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções

públicas.

-----Decreto-Lei número duzentos e nove, de dois mil e nove, de três de setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei número doze-A, de dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, alterada pela Lei número sessenta e quatro-A, de dois mil e nove, de trinta e um de dezembro.

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.

-----Alínea o), número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.--

4 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

-----Às dezassete horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)